



## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### REQUERIMENTO nº \_\_\_\_/2013

Requer a realização de Audiência Pública para discutir a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 470/2005, do Deputado Anselmo, e apensadas.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Exa., nos termos dos artigos 24, inciso III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública para debater a Proposta de Emenda à Constituição – **PEC nº 470/2005, do Deputado Anselmo (PT/RO)**, que “dá nova redação ao § 1º e § 3º do art. 53 da Constituição Federal e à alínea "b" do inciso I do art.102.”, bem como as propostas **apensadas** e que seguem discriminadas:

- **PEC 78/2007**, do Deputado Paulo Rubem Santiago (PT/PE), que altera o §1º do artigo 53 da Constituição Federal, para fins de estabelecer que os Deputados e Senadores serão processados e julgados pelo Supremo Tribunal a partir da posse e nos casos relacionados com o exercício do mandato;

\*58200F8647\*

58200F8647



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - PT/RJ

- **PEC 119/2007**, do Deputado Mauro Nazif PSB/RO, que dá nova redação ao artigo 53 da Constituição Federal para acabar com a imunidade processual, civil e penal, dos Deputados e Senadores, resguardando, porém, a inviolabilidade por opinião, palavra e voto;
- **PEC 174/2007**, do Deputado José Fernando Aparecido de Oliveira (PV/MG), para fins de revogar os §§2º, 3º, 4º e 5º do artigo 53 da Constituição Federal, extinguindo a imunidade parlamentar formal;
- **PEC 484/2010**, do Deputado Eduardo Sciarra (DEM/PR), com o objetivo de dar nova redação ao §3º do artigo 53 da Constituição Federal, revogando os seus §§ 4º e 5º - revogando, assim, a possibilidade de sustação da ação penal no caso de crime comum quando o acusado for Deputado ou Senador;
- **PEC 142/2012**, do Deputado Rubens Bueno (PPS/PR), para fins de extinguir o foro especial por prerrogativa de função, ressalvadas as hipóteses de crime de responsabilidade;
- **PEC 312/2013**, do Deputado Marcos Rogério (PDT/RO), que altera os artigos 53, 86, 96, 102, 105 e 108 e revoga dispositivos da Constituição Federal, para extinguir o foro por prerrogativa de função.

Para a realização da audiência pública, sugerimos sejam convidados representantes das seguintes entidades:

- Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP;
- Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR;
- Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB;
- Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB;
- Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – MCCE
- Conselho Nacional de Justiça – CNJ

\*58200F8647\*

58200F8647



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
GABINETE DO DEPUTADO ALESSANDRO MOLON - PT/RJ

- Advocacia-Geral da União – AGU

**\*58200F8647\***

58200F8647



## JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento tem por objetivo propor a realização de Audiência Pública com intuito de debater a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 470/2005, do Deputado Anselmo (PT/RO), que “dá nova redação ao § 1º e § 3º do art. 53 da Constituição Federal e à alínea "b" do inciso I do art.102.”, bem como para discussões de todas as propostas apensadas e acima mencionadas, para esclarecimento de questões importantes quanto à sua admissibilidade.

Sala das Sessões,

de novembro de 2013.

**ALESSANDRO MOLON**

Deputado Federal – PT/RJ

**MARCELO ALMEIDA**

Deputado Federal – PMDB/PR

**MARCOS ROGÉRIO**

Deputado Federal – PDT/RO

\*58200F8647\*

58200F8647